

Relatório da administração

Prezados Senhores: A Cateno é uma companhia criada em fevereiro de 2015 através da associação com o Banco do Brasil S.A. e Cielo S.A. para a exploração das atividades de gestão de contas de pagamento pós-pagas e da funcionalidade de compra via débito. Somos a gestora em contas de pagamento pioneira no Brasil, e temos como propósito, prover soluções para transações com cartões de crédito e débito através de uma operação eficiente e inovação tecnológica, explorar sinergias e permitir economias de escala. Apresentamos a seguir as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2015, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de Reais)

Ativo	2015	Passivo e patrimônio líquido	2015
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	810.844	Fornecedores	779
Contas a Receber - Partes relacionadas (Nota 6)	292.385	Contas a Pagar - Partes relacionadas (Nota 6)	245.417
Tributos a recuperar (Nota 7)	233.191	Tributos e impostos a recolher (Nota 11)	327.723
Despesas antecipadas	223	Obrigações trabalhistas	1.989
Outros ativos	2.456		575.908
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 10)	81.055	Patrimônio líquido (Nota 12)	
	1.420.154	Capital social	414.000
		Reservas de capital	11.572.000
Não circulante		Reserva legal	22.187
Imobilizado (Nota 8)	28	Reserva estatutária	46.963
Intangível (Nota 9)	11.250.556	Lucros acumulados	39.680
	11.250.584	Total do patrimônio líquido	12.094.830
Total do ativo	12.670.738	Total do passivo e patrimônio líquido	12.670.738

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Período de 27 de fevereiro (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Lucros acumulados	Total
Constituição de capital em 28.02.2015	2.000	-	-	-	-	2.000
Ajuste de avaliação do valor econômico do intangível	-	11.572.000	-	-	-	11.572.000
Aumento de capital em 27.03.2015	412.000	-	-	-	412.000	412.000
Antecipação de dividendos	-	-	-	-	(334.917)	(334.917)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	443.747	443.747
Destinação de lucros para reserva estatutária	-	-	-	46.963	(46.963)	-
Destinação para reserva legal	-	-	22.187	-	(22.187)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	414.000	11.572.000	22.187	46.963	39.680	12.094.830

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. ("Cateno" ou "Companhia"), com sede em Barueri, Estado de São Paulo, foi constituída em 27 de fevereiro de 2015, tendo como objetivo desenvolver de forma especializada o modelo de negócio de instrumentos de pagamento, com a contribuição da expertise detida pelo Banco do Brasil S.A. e Cielo S.A.

Em 27 de fevereiro de 2015, foram firmados os documentos que concluíram a formação da associação entre Cielo e a BB Elo Cartões Participações S.A. ("BB Elo Cartões"), subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., para a criação da Cateno - Gestão de Contas de Pagamento S.A. ("Cateno"), cujo objetivo é o de gerir as transações oriundas das operações de cartões de crédito e débito, gestão de contas de pagamento, apoio ao gerenciamento e controle da segurança das transações, o pagamento de tarifas às bandeiras e arranjos de pagamentos, e outros serviços correlatos, conforme autorização prévia concedida pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e Banco Central do Brasil nos termos da Resolução nº 4.062/12 e da Lei nº 12.865/13.

A Cateno tem o seu capital social detido na proporção de 70% pela Cielo e de 30% pela BB Elo Cartões, sendo que, para a formação da associação, a BB Elo Cartões aportou ativos intangíveis relacionados ao Arranjo de Pagamento Ourocard, enquanto a Sociedade aportou R\$ 8,1 bilhões na operação. O montante aportado pela Sociedade é composto por: (i) R\$ 3,5 bilhões oriundos da primeira, segunda e terceira emissões de debêntures simples, em série única, da espécie quinquagária, não conversíveis em ações, de distribuição privada, e (ii) R\$ 4,6 bilhões referentes ao pagamento, por conta da BB Elo Cartões, dos tributos incidentes sobre a operação. O Arranjo de Pagamento Ourocard consiste no conjunto de regras e procedimentos que disciplina a prestação de serviços de pagamento ao público relacionado às transações de compras dos cartões de crédito e débito emitidos pelo Banco do Brasil nas bandeiras Visa, Mastercard, American Express e Elo, excluindo cartões relacionados aos negócios pré-pagos, soluções de meios de pagamento fornecidas a entes governamentais e cartões private label emitidos no âmbito de parcerias atuais firmadas com varejistas.

Dentre as atividades desenvolvidas destacam-se a operação e gestão de contas de pagamento envolvendo cartões de crédito, débito e múltiplos, de bandeiras privadas e pré-pagos (não incluindo a administração de cartões de crédito); participação em arranjos de pagamentos; participação no processo de liquidação das transações de pagamento, de acordo com as regras dos arranjos; execução dos processos de produção das faturas e outros documentos vinculados às contas de pagamento e/ou referentes à comunicação; postagem e envio físico e/ou eletrônico aos usuários finais pagadores; execução do suporte técnico para atendimento às demandas dos usuários finais pagadores; execução do suporte técnico aos canais de atendimento dos emissores dos instrumentos de pagamento; execução do processo de risco operacional das transações de pagamento, incluindo, mas não se limitando ao acompanhamento e monitoramento de transações com indicio ou alegação de fraude e execução e cooperação com o instituidor do arranjo de pagamento do processamento; manutenção e desenvolvimento de TI envolvendo os sistemas relacionados à gestão de pagamentos.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no período apresentado, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela administração em 18 de fevereiro de 2016.

a. Demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

b. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs que tenham entrado em vigor no período de 27 de fevereiro a 31 de dezembro de 2015 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor justo, sendo demonstrados pelo valor justo. O caixa e equivalentes de caixa são classificados como instrumentos financeiros, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

2.4 Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de recebíveis ou mensurados ao valor justo através do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia, ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

b. Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo.

São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber".

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não foram compensados instrumentos financeiros no período findo em 31 de dezembro de 2015.

c. Redução ao valor recuperável dos ativos - impairment

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não identificou evidências de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos financeiros.

2.5 Partes relacionadas

Classificação e Mensuração

a. Ativo

As transações com partes relacionadas referem-se aos valores correspondentes a taxa de intercâmbio sobre a captura das transações com cartões de débito e crédito do arranjo de pagamentos Ourocard, mensurados ao valor da prestação de serviços contratualmente acordada. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

b. Passivo

As contas a pagar com partes relacionadas são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

2.6 Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar compõem-se, preponderantemente de imposto de renda retido na fonte e antecipação do imposto de renda e da contribuição social por estimativa.

2.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

A depreciação do ativo é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada em anos, aplicável para equipamentos de telecom de 3-5 anos.

2.8 Ativos intangíveis

O ativo intangível é um bem incorpóreo resultante da avaliação econômico-financeira sobre o negócio do arranjo dos meios de pagamento do cartão Ourocard, conforme descrito na nota explicativa do contexto operacional. O valor reconhecido inicialmente está deduzido dos valores amortizáveis, calculados pelo método linear baseado no estimado de geração de caixa futuro.

2.9 Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.10 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

2.11 Benefícios a funcionários - participação nos lucros e bônus

A Companhia concede participação nos lucros a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício social.

2.12 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela intermediação do arranjo dos meios de pagamento Ourocard. A receita é apresentada na captura/processamento das transações com cartões de crédito e de débito e líquida dos impostos, cancelamentos, abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos.

2.13 Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.14 Distribuição de lucros

A distribuição de lucros para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras quando tais lucros forem deliberados, com base no estatuto social da Companhia (Nota 13).

3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As principais estimativas existentes se referem ao contas a receber - partes relacionadas e imposto de renda e contribuição social diferidos.

4 GESTÃO DE RISCO

4.1 Fatores de risco

A gestão de risco é realizada pela tesouraria, segundo as políticas aprovadas pela administração. A tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

a. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como exposições de crédito junto ao Banco do Brasil em aberto. Para bancos e instituições financeiras, os limites de depósitos e aplicações financeiras são definidos pela diretoria financeira. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência da referida contraparte.

b. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada na entidade pelos profissionais de finanças. Os profissionais de finanças monitoram as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é mantido na própria entidade, mas gerenciado pelos profissionais de finanças. A empresa investe o excesso de caixa em títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

4.2 Gestão de capital

O objetivo da empresa ao administrar seu capital é o de salvaguardar a sua capacidade de continuidade e oferecer retorno aos acionistas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31 de dezembro de 2015
Caixa e bancos	161
Aplicações financeiras:	
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	810.683
	810.844

O saldo de aplicações financeiras está representado por Certificado de Depósito Bancário (CDB) remuneradas com taxas que variam de 100,2% a 102,6% da variação de CDI. Os investimentos mantidos são registrados pelo valor de realização, podendo ser resgatados a qualquer momento pela empresa, garantindo liquidez imediata.

Demonstração de resultado - Período de 27 de fevereiro

(data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	2015
Receita operacional (Nota 15)	2.036.935
Custo dos serviços prestados	(1.405.616)
Lucro bruto	631.319
Despesas gerais e administrativas (Nota 14)	(29.554)
Lucro operacional	601.765
Resultado financeiro	70.549
Lucro antes do imposto de Renda e da Contribuição Social	672.314
Imposto de Renda e Contribuição Social	(228.567)
Correntes (Nota 10)	(309.622)
Diferidos (Nota 10)	81.055
Lucro líquido do período	443.747
Lucro por ação	0,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração de fluxos de caixa - Período de 27 de fevereiro

(data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2015
Lucro líquido	443.747
Ajustes por:	
Amortizações	321.444
Depreciações	1
Provisão para imposto de renda e contribuição social	
Corrente	309.622
Diferido	(81.055)
Incentivos fiscais	(3.021)
	990.738

(Acrescimo) Decréscimo de Ativos

Contas a receber - Partes relacionadas	(292.385)
Tributos a recuperar	(233.191)
Outros ativos	(2.456)
Despesas antecipadas	(223)
Fornecedores	779
Contas a pagar - Partes relacionadas	245.417
Obrigações trabalhistas	1.989
Tributos e impostos a recolher	21.121
	(258.948)

Caixa líquido proveniente das atividades operacionais

Fluxos de caixa das atividades de investimento	
Aquisição de ativo imobilizado	(29)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(29)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	
Constituição de capital	414.000
Antecipação de dividendos	(334.917)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	79.083
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	810.844
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	810.844

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

6 PARTES RELACIONADAS

	Banco do Brasil S.A.	Cielo S.A.	Total
Ativo circulante			
Contas a receber - comissão s/ intercâmbio	292.376	-	292.376
Contas a receber - compartilhamento de custo	-	9	9
Total	292.376	9	292.385
Passivo circulante			
Contas a pagar - ressarcimento de despesas	245.417	-	245.417
Total	245.417	-	245.417

6.1 Contas a receber

Comissão sobre intercâmbio

Correspondem aos valores a receber relativos a comissão de intercâmbio sobre o arranjo dos meios de pagamento Ourocard conforme descrito no acordo de Receitas e Despesas firmado com o Banco do Brasil S.A.

Compartilhamento de custos

Correspondem ao reembolso de despesas entre a Companhia e a empresa controladora. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

6.2 Contas a pagar

As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços conforme previstos no acordo de Receitas e Despesas firmado com o Banco do Brasil S.A. para garantir a operação do arranjo dos meios de pagamento Ourocard, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

7 TRIBUTOS A RECUPERAR

	31 de dezembro de 2015
Imposto de renda retido na fonte	10.315
Antecipação de imposto de renda	159.442
Antecipação de contribuição social	63.434
Total	233.191

8 IMOBILIZADO

Equipamentos de Telecom

	31 de dezembro de 2015
Custo total	29
(-) Depreciação acumulada	(1)
Valor residual	28
Taxa anual de amortização	33,33%

9 INTANGÍVEL

O ativo intangível refere-se aos direitos de exploração no âmbito do Arranjo de Pagamentos Ourocard e foi objeto de avaliação econômico-financeira por consultoria especializada através de laudo, calculado um intervalo referente ao valor econômico dos "direitos outorgados", elaborado com base na projeção de resultados futuros das atividades, por meio do "Fluxo de Caixa Descontado", o qual foi avaliado em R\$ 11.572 milhões pelo prazo de vida útil de 30 anos, com amortização de forma linear a taxa de 3.33% ao ano. A vida útil e o método de amortização são revisados anualmente. (Nota 2.8

estatuto social, até o limite de 30% do capital social.

13 DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

	<u>31 de dezembro de 2015</u>
Lucro líquido	443.747
Reserva legal - 5%	(22.187)
Reserva Estatutária	(46.963)
Antecipação de dividendos (a)	(334.917)
Lucros a distribuir (b)	<u>39.680</u>

(a) Os dividendos foram antecipados como segue:

Parcelas	<u>Datas</u>	<u>R\$</u>
1ª parcela	31/07/2015	(164.007)
2ª parcela	26/10/2015	(131.471)
3ª parcela	27/11/2015	(39.439)
Total		<u>(334.917)</u>

(b) A distribuição de lucro será destinada após aprovação pelo Conselho de Administração.

14 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>31 de dezembro de 2015</u>
Despesas com fraude (a)	23.995
Despesas gerais e administrativas	5.559
Total	<u>29.554</u>

(a) São despesas decorrentes de perdas com fraudes com cartões de débitos e créditos, que foram outorgados do arranjo de pagamento Ourocard, conforme previsto no acordo de receita e despesas com o Banco do Brasil.

15 RECEITA OPERACIONAL

	<u>31 de dezembro de 2015</u>
Receita de intercâmbio	2.287.518
ISS	(38.988)
PIS	(37.744)
COFINS	(173.851)
Total	<u>2.036.935</u>

16 OUTRAS INFORMAÇÕES**16.1 Regulamentação do Banco Central do Brasil (BACEN)**

Em razão da Lei nº 12.865, publicada em 09 de outubro de 2013, a Companhia passou a estar sujeita à regulação do Banco Central do Brasil (BACEN), conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pela regulamentação editada pelo próprio Banco Central. Neste sentido, a Companhia está sujeita à autorização de funcionamento pelo Banco Central bem como ao cumprimento de regras, que abrangem, dentre outros, gestão de risco, níveis mínimos de Patrimônio Líquido e o cumprimento de requisitos semelhantes aos de uma Instituição Financeira. A Administração está tomando as providências necessárias e realizando adequações visando estar em plena conformidade com a recente regulamentação a partir da concessão da autorização pelo Banco Central.

16.2 Instrumentos financeiros derivativos

A Cateno não operou com instrumentos financeiros derivativos no período de 27 de fevereiro a 31 de dezembro de 2015.

16.3 Provisões para contingências cíveis, trabalhistas e fiscais

No período de 27 de fevereiro a 31 de dezembro de 2015, não há contingência de qualquer espécie.

DIRETORIA

Claudemir Andreo Alledo - Diretor Geral
David Pacheco Vieira - Diretor Financeiro
Fabio Pacini Hernandes - Contador - CRC SP - 212515/O-2

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rômulo de Mello Dias
Plínio Cardoso da Costa Patrão
Ricardo Grosvenor Breakwell
Rogério Magno Panca
Eduardo de Melo Condé

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Accionistas da

Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. ("Cateno"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações de resultados, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 27 de fevereiro (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2015, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Cateno é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeira da Cateno para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cateno. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem

como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 27 de fevereiro (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2016

KPMG Auditores Independentes
 CRC 2SP014428/O-6

João Paulo Dal Poz Alouche
 CRC 1SP245785/O-2